

# A EDUCAÇÃO E OS IMIGRANTES ITALIANOS: DA ESCOLA DAS PRIMEIRAS LETRAS AO GRUPO ESCOLAR<sup>36</sup>

*Antônio Jorge Funes*

**A** obra, aborda tema sobre os italianos que se instalaram em São Caetano e que não pertencem à História. Bem distantes, esses imigrantes estão fora da História, pois estudos sobre a imigração ignoram a sua existência. Este livro deixa entrever histórias de pessoas de carne e osso que construíram uma história de uma cidade, em que a escola tinha uma centralidade, embora não exclusiva. Os sujeitos que aparecem são pessoas embrutecidas pela sua condição, que não hesitam em impedir que os filhos assistam às aulas se na lavoura faltarem braços; que brigam com brasileiros que vêm ocupar seu lugar na cidade e no trabalho, mas que também organizam redes de solidariedade em festas ou em abaixo-assinados solicitando a construção de prédio para abrigar a escola.)

Na introdução, a autora aborda os livros sobre a história da educação no Brasil que descrevem os acontecimentos de modo genérico. As escolas, sua legislação e os seus professores parecem ser os mesmos para todo o país e os alunos. As especificidades como o funcionamento das escolas desenvolviam-se não são consideradas. Busca a importância da escola para a comunidade. No rumo contrário ao das generalidades, deve-se acompanhar a escola em suas relações com os moradores e ao desenrolar dos acontecimentos.

O tema trata das relações entre os italianos e a educação, do período que os imigrantes chegaram e possibilitaram a criação de novas escolas. A Itália foi um país

---

<sup>36</sup> MIMESSE, Eliane. A educação e os imigrantes italianos: da escola das primeiras letras ao grupo escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001

fornecedor de mão-de-obra barata em fins do século XIX, por suas condições sócio-políticas e econômicas. Os italianos, pequenos proprietários nortistas, vindos da região de Vêneto, a princípio instalaram-se nos núcleos coloniais como o de São Caetano. Haviam abandonado suas terras, pois, segundo Verona (1997, p. 21), citado pela autora:

com a integração de Vêneto ao mercado nacional recém-unificado (1870), as bases de sustentação dessa economia camponesa começaram a ruir. Entre as possíveis causas da proletarização desses pequenos proprietários, que foram obrigados a se ocupar ocasionalmente de outros afazeres para completar o orçamento doméstico, pode-se incluir: a tradição de dividir a terra quando os filhos se casavam; a ausência de melhorias técnicas na agricultura: a pesada carga tributária que sobre eles caia; a alteração ecológica com a devastação das florestas e com a conseqüente diminuição das chuvas. Há que se ter em conta também a explosão demográfica na zona rural (p. 13-14).

Os imigrantes desembarcavam em Santos, vinham de trem para a hospedaria dos imigrantes na cidade de São Paulo, local onde todos os imigrantes se dirigiam quando chegavam ao país, permanecendo lá por oito dias. Depois da parada obrigatória na hospedaria, rumavam para São Caetano, de trem. Em São Caetano, não existia estação para desembarque, obrigando as pessoas a saltar do trem com suas bagagens. No depoimento de Dona Esperança Martorelli Cairo (Projeto História de Vida. Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1995), existem lembranças contadas por sua avó sobre o dia da chegada no porto de Santos.

Quando eles chegaram em Santos, desceram do navio, então o governo daqui levou muitos negros para descarregar a bagagem delas do navio. Foi quando eles viram pela primeira vez gente negra, eles nem sabiam que existia, minha avó falou. Justo muitos desses aí vieram no trem com eles, aí eles desceram no Brás naquele dia, mas a bagagem ficou dentro do trem, no dia aí veio o maquinista e levou eles para o lugar onde eles tinham que ir. Quando eles chegaram aí no rio dos Meninos, naquele lugar que desceram eles viram que não tinha nada (...) nas bagagens eles trouxeram muita pá, picareta, espingarda, eles trouxeram tudo o que puderam da Itália (p. 20).

Com a chegada de novos colonos e a instalação da estação de trem, as relações de convívio entre as pessoas na localidade diversificaram-se, tornando-se, por vezes, conflituosas. Com o crescimento econômico e a expansão da área inicial estabelecida para o núcleo, a necessidade de aprender a língua portuguesa foi aumentando. As vendas do vinho, do carvão e de outras mercadorias ocorriam e não expandiram-se pelas dificuldades com a língua portuguesa. Os colonos conseguiram aulas particulares de português nesta época.

Durante todo o período estudado, foi possível verificar a atenção que a comunidade dispensou à escola. As inúmeras dificuldades encontradas pelos italianos, desde sua chegada nas terras até a construção de duas casas, não os impediram de reivindicar a escola para seus filhos. Com o passar dos anos, a escola tornou-se necessária para os adultos, porque as relações comerciais foram se ampliando. Com o crescimento do comércio e da população, as escolas ocuparam novos espaços. As salas de primeiras letras, que foram criadas há mais de um século, multiplicaram-se em muitas escolas públicas e particulares, da pré-escola à universidade. Na cidade de São Caetano do Sul



a trajetória da escola, do final do século passado até as duas primeiras décadas deste século, pode ser relatada nesta pesquisa.

No capítulo 1, apresentam-se as escolas de 1883 a 1900. Duas cadeiras de primeiras letras foram legalmente criadas no núcleo colonial de São Caetano no dia 30 de março de 1883. Eram compostas por duas escolas, uma masculina e outra feminina, cada uma com uma sala. Após a criação, o próximo passo seria a instalação e, como não existia no núcleo nenhuma edificação apropriada para seu funcionamento, o colono Emílio Rossi enviou no dia 4 de abril de 1883, proposta ao governo provincial:

de construir a sua custa (do colono) no prazo de sessenta dias a contar da data da assignatura do contracto – duas salas terreas com dous respectivos gabinetes, duas latrinas distinctas e um pequeno quintal cercado, sendo as salas de quatro metros quadrados e o gabinete de um metro e meio de frente sobre quatro, forrados e assoalhados, pintados ou forrados a papel. Essas salas e gabinetes propõe-se o abaixo-assinado a construir no centro do colônia a margem da estrada que vai desta capital a S. Bernardo passando pelo meio da mesma colônia em terreno seu pertencente ao lote nº 16, que ali possui por titulo definitivo. (Número de ordem 4886. Carta do colono Emílio Rossi ao presidente da província. 4 ab. 1883. Arquivo do Estado de São Paulo, p. 29)

Os colonos não desistiram de construir um prédio para a escola e enviaram abaixo-assinado com 41 assinaturas ao vice-presidente da província, com data de 14 de junho de 1883. O documento pedia a construção de “uma ou duas casas de pouco preço destinadas a nellas funcionarem ditas aulas”. Assim, a escola era entendida como parte da comunidade, sendo necessária apenas a sua construção. Parte dos colonos, chefes de família eram alfabetizados e reivindicaram condições físicas para o aprendizado de seus filhos. Neste momento estavam estabelecidas no núcleo 46 famílias. A escola era uma promessa antiga do governo. No prospecto que assinaram na Itália, a escola e assistência religiosa seriam garantidas:

Em cada colônia, os imigrantes receberão a instrução moral e religiosa que será concedida a todos por um padre católico ou por um pastor protestante, segundo a sua religião, como também escola para as crianças de ambos os sexos. (Emigrazione al Brasile, vantaggi offerti agli emigranti. 1877).

As escolas tiveram várias localizações até a construção de um edifício. A professora Maria Adelaide do Carmo Machado substituiu a professora Felicidade e assumiu as aulas da escola feminina durante o segundo semestre do ano de 1883. Em seu relatório de novembro do mesmo ano, ela comenta:

A respeito comnodo para dar aula tem sido uma nova luta, por falta de casa própria. A igreja é o lugar onde dou aula e não acho muito próprio, além disso venta muito no lugar em que está collocada a mesma, di maneira que fechando a porta ficamos quasi as escuras, de mais se aqui tivesse casa não me veria obrigada a vir todos os dias e voltar o que me é assás penoso principalmente em dias chuvosos como já me tem acontecido por varias vezes (Número de ordem 5098. Relatório da professora Maria A. do C. Machado ao Director Geral da Instrucção Publica. 1 nov. 1883 – AESP).

A escola feminina foi instalada na igreja, apesar da insistência dos colonos pedindo a construção de um prédio adequado. Um ano após a criação das escolas, a escola feminina ainda funcionava no mesmo local. Esta permanência foi um dos motivos de

a Irmandade de São Caetano enviar pedido à Inspetoria Geral da Instrução Pública solicitando a desocupação da igreja, que seria reformada. Pode ser que essa tenha sido também mais uma forma de pressionar o governo a construir as casas das escolas. A escola feminina mudou-se para uma das casas da antiga senzala, como a utilizada pela escola masculina (p. 31).

A escola masculina também mudou algumas vezes. No relatório semestral do professor Joaquim Ferreira Alambert, ele narra:

Entre em exercício do meu emprego em 1º de agosto, (...) a aula acha-se funcionando, por falta de casa, num pequeno quarto quasi sem ar, sem luz isso que não tem as propriedades recommendadas pela hygiene, sem necessárias á saúde do mestre e dos discípulos. Sem uma casa com boas accomodações, sem os móveis e utensis escolares, os alumnos apresentam, um adiantamento satisfactorio (p. 32). (Número de ordem 5098. Relatório do professor Joaquim F. Alambert ao inspetor geral da Instituição Pública. 1 nov. 1883).

Móveis e objetos escolares eram formados por um conjunto de dez carteiras inteiriças de madeira e um quadro-negro.

A legislação aceitava professores não titulados, mas que tivessem feito um concurso para serem nomeados. Os professores seriam todos normalistas ou diplomados no curso preliminar e, a partir de 1884, poderiam usar um anel distintivo valorizando sua formação acadêmica.

As escolas primárias, conhecidas de "primeiras letras", passam a ser chamadas de "escolas preliminares" após a proclamação da república. No ano de 1894, quando foram criados os primeiros grupos escolares, passam a ser conhecidas como "isoladas", para o curso não ser confundido com o ministrado nos grupos.

Uma nova legislação, do ano de 1904, renomeia as escolas situadas em distritos de paz como "isoladas", que, em 1917, passariam a ser conhecidas como distritais. As escolas denominadas isoladas não preenchiam as condições mínimas para o ensino: as salas de aula não eram apropriadas, os materiais didáticos eram escassos, nem sempre estas escolas tinham professores ou casas anexas para a moradia deles. Esta situação perdurou durante toda a sua existência.

O amplo programa de ensino agravava as condições da aprendizagem. O excesso de conteúdos e a falta de livros e de outros materiais didáticos tornaram o ensino nas escolas isoladas reduzido a alguns itens, considerados relevantes pelo professor. Em relatório de novembro de 1885 a professora Elisa comenta:

As classes operárias, como V. S.a bem o sabe, pouco zelosos da educação dos filhos, sem avaliar devidamente o mal que dessa incuria lhes aduém, obrigam geralmente os filhos aos trabalhos domésticos em prejuízo da sua freqüência nas escholhas publicas. Eis porque algumas vezes acontece uma alumna conservar-se dous ou três annos matriculada sem apresentar um sensivel aproveitamento. (Número de ordem 5039. Relatório da professora Elisa A. de B. Alambert ao Inspector geral da Instrucção Publica. AESP, 1 nov. 1885, p. 42).

A professora Joana também escreve sobre a freqüência que continuava irregular, mas entendia a necessidade do trabalho das crianças em casa, porque seus "pais que sendo pobres não dispensam o pouco serviço que as mesmas lhe prestam". Ela comu-



nica em relatório de novembro de 1895 que outro fato, episódico, também interferiu na assiduidade dos alunos:

No mês de agosto foi esta escola victima dos gatunos que levaram alem de poucos livros fornecidos pelo governo, levaram todos os trabalhos importantes dos alumnos e até mesmo algum valor; dando isso lugar a grande paralysação do ensino, pois com o prejuizo havido, os alumnos muito sentiram e se esmureceram não só no trabalho manual como no de leitura. Não tendo meios sufficientes para estimulalas com a efficacia é forçoso dizer que a retirada das alumnos da escola proveio mais do roubo que na mesma ce deu. (Número de ordem 4927. Relatório da professora Joanna de A. Motta ao Director geral da Instituição publica. AESP, p. 43, 1 nov. 1894).

Na escola masculina, a freqüência era irregular, o professor Joaquim escreve sobre o número de crianças que não freqüentam a escola:

Como vereis matricularam-se este anno 31 alumnos, numero alias pequeno para a grande quantidade de creanças que residem nesta colônia.

As razões imprudentes que os paes apresentam como justificativa à falta que commetem em privar os filhos do pão do espírito – a instrução – falam bem alto da necessidade irrefutavel do ensino obrigatório, sem querer comparar a justa disposição do regulamento que estatue numero determinado para o funcionamento legal d'uma escola, direi apenas que essa disposição torna-se injusta ante a parte omissa do regulamento quanto ao alumno. Como de todo se desprehende, o alumno tem ampla liberdade de frequentar ou não a aula, entretanto a escola que não tiver o número de alumnos determinado por lei, privará o seu professor do ordenado.

É obvio, pois, que a obrigatoriedade do ensino devia ser uma parte integrante do artigo que determina numero legal dos alumnos para o exercício d'uma escola. Assim, eu juntando este pedido do esclarecido critério com que presidio os vosso actos o odopção desta medida. É devido à falta dessa lei ainda a freqüência dos alumnos não corresponde à matricula, muitos d'elles interrompem o estudo, ora allegando trabalhos na lavoura, ora encommodos de saúde, etc., o que, tenho certeza, isto não se daria tão facilmente se os paes que não mandam seus filhos à escola por nenhuma compreensão deste dever, mandassem-nos por obediência à lei.

Os que são freqüentes apresentam bastante progresso em seus estudos a despeito de serem estrangeiros, e por isso, alem das difficuldades materiaes, terem de vencer a da própria língua. (Número de ordem 5040. Relatório do professor Joaquim F. Alambert ao Director geral da Instrução Pública. AESP, p. 44, 1 jun. 1890).

Para o professor Joaquim, a obrigatoriedade seria a saída para muitos problemas: o aprendizado tornar-se-ia mais rápido, as faltas dos alunos seria controladas, o número de alunos matriculados passaria a ser o mesmo que o de alunos freqüentes e, principalmente, o ordenado dos professores não sairia prejudicado. Nos relatórios do ano de 1894 do professor Manoel, permanece elevado o número de crianças que se matriculam, mas que frequentam a escola esporadicamente e, assim, justifica os motivos do pouco adiantamento de seus alunos:

- A) a falta de freqüência regular, como demonstra o elevado numero de faltas,
- B) a ausência de livros reconhecidamente bons para certas materias do programa escolar.

C) O facto de serem todos os alumnos italianos ou hespanhoes, não sabendo senão poucas palavras do portuguez, língua de que nunca fazem uso em toda a colônia, dando isto em resultado conseguir-se na escola uma algaravia que não é italiano nem hespanhol e muito menos portuguez. Número de ordem 5041. Relatório do professor Manoel dos Reys enviado ao Director geral da Instrução Publica. AESP, p. 45, 1 nov. 1894).

Nas primeiras décadas, vários são os motivos para a suspensão das aulas. Em 1887, tem início a epidemia de varíola nos arredores de São Caetano. No ano seguinte, as aulas são interrompidas por vários meses, pois a doença é contagiosa, obrigando os professores a irem para São Paulo para abrigarem-se em casas de amigos. No início de 1892, as escolas são reabertas para no mês de abril serem fechadas temporariamente pela Inspetoria de higiene do Estado de São Paulo, porque “estão apparecendo e teem apparecido alguns casos de febre de mau character, querendo tomar a forma epidemica”. A epidemia ainda não havia sido controlada.

O método adotado era o de João de Deus. O professor Joaquim escreve como são as aulas:

A principio encontrei alguma difficuldade para faze-lo pronunciar e comprehender as palavras portuguezas; mas felizmente, essas difficuldades vão pouco a pouco desaparecendo, e espero que em breve, elles poderão fazer com mais facilidade uso de nossa língua.

Adaptei para o ensino de leitura o methodo de lições... por Hilario Ribeiro e tenho conseguido bons resultados, pelo que julgo é minha humilde opinião um dos melhores methodos e que mais vantagens offerecem para o ensinamento nas escolas publicas onde ainda não há uniformidade na adopção de methodos. (Número de ordem 5041. Comunicado da Inspectoria de Higyene do Estado de São Paulo ao Director geral da Instrucção publica. AESP, p. 47, 8 abr. 1892).

A professora Josephina comentou sobre o método que usava para ensinar as crianças:

O ensino de lições de cousas, numa escola como esta, onde as crianças entretêm, em sua casa, uma lingua estranha à nossa, é empregado sempre intuitivamente, e é só assim que os alumnos começam a conhecer os termos da lingua portugueza. Educação cívica, gymnastico, geographia, canto choral e metrologia não ensinei em aula, porquanto, como já disse à V. S.<sup>a</sup>, os alumnos desta escolas todos principiantes. Em educação religiosa, limitei-me ao ensino do cothecismo e arações (p. 47).

O ensino das lições, no método intuitivo, deveria ser curto e intercalado com outras atividades, como trabalhos manuais, canto e ginástica. Trabalhou este método ensinando língua e religião, apesar da supressão do ensino religioso nas escolas públicas desde o decreto 34 de 20 de março de 1890. As reclamações dos professores são constantes, pois, com o novo método, era necessário material específico para cada lição. Seriam os materiais didáticos recomendados para o ensino, mas, como os relatórios comprovam, parcela mínima destes materiais faziam parte das escolas isoladas.

O capítulo 2 abrange a primeira década do século XX.

Os relatórios semestrais elaborados pelos professores deixaram de ser obrigatórios, e apenas alguns dos relatórios anuais dos inspetores escolares puderam ser encontrados. As informações sobre as escolas e seus professores passaram a ser coletadas em outros tipos de documentos enviados às autoridades e nos depoimentos de ex-alunos.



Muitas vezes, o material dos alunos era composto de um livro, um caderno e algumas penas comprados pela professora, com o dinheiro dado pelos pais. O horário da escola ocupava parte da manhã e da tarde, o recreio com maior tempo de duração era o da hora do almoço.

No ano de 1904, a legislação da Instrução Pública sofreu algumas mudanças. O programa das escolas seria revisto “de modo que na distribuição das materias se attenda ao desenvolvimento intellectual dos alumnos e se observem os princípios do methodo intuitivo”; os professores nomeados deveriam obrigatoriamente permanecer um ano nas escolas isoladas para pedir remoção; seria respeitado o tempo de serviço no magistério para a escolha de novas cadeiras, permutas e remoções.

Os livros pedidos foram escritos por professores públicos do Estado de São Paulo, que estudaram na escola normal e ocuparam cargos docentes ou de diretores nas escolas da capital, estavam envolvidos com o ensino que segura os preceitos do método intuitivo. Na época, o conselho de Instrução Pública elaborava uma relação de livros por ele apurados. A legislação da época era ambígua: o decreto de 1894 sugere a utilização de partes de cada método, adequando-os entre si; já o decreto de 1904 deixa o professor optar pelo método que considerar mais conveniente.

Em 1908, o governo publicou lista com os materiais e os livros de leitura recomendados para o trabalho nas escolas isoladas. Alguns desses materiais e livros que eram recomendados às escolas isoladas, permaneceram nas listas de indicações do governo durante décadas. A leitura e a escrita em português tornaram-se cada vez mais necessárias e possibilitaram o aumento no número de alunos nas escolas.

O capítulo 3 trata do progresso nos anos de 1917 a 1921. No ano de 1911, as missas passaram a ser rezadas aos domingos na igreja matriz. Com doações da população adquiriu-se o terreno para a construção e inauguração do cemitério e, nestes anos, o cinematógrafo foi inaugurado. A delegacia de polícia foi criada para garantir a segurança dos moradores, que ainda tinham o inspetor de quarteirão, Carmine Barile como o único representante da lei. O inspetor era o mesmo dos últimos 20 anos, nomeado na época do conflito na porta da igreja entre brasileiros e italianos.

O primeiro jornal da cidade entrou em circulação em 13 de junho de 1915, chamava-se *O Progresso*. Em suas páginas estava uma propaganda que anunciava:

Terrenos em São Caetano. Bem localizados e nas proximidades da estrada de ferro. Vende-se a prestações mensaes de 20\$000. Destes terrenos descortina-se todo o panorama de São Paulo, São Bernardo e de todas as povoações circumvizinhas. Para, mais informações com o Sr. Francisco Canger. Rua José Bonifácio, 30 - São Paulo (Médici, 1993, p. 71-72).

Em 16 de setembro de 1916, foi aprovada a lei de incentivos fiscais pela Câmara Municipal de São Bernardo. A lei beneficiava as indústrias com mais de 50 empregados isentando-as do pagamento dos impostos durante alguns anos.

Com todo o desenvolvimento da cidade as atitudes com relação à limpeza pública e à higiene de um modo geral continuaram precárias. O saneamento da localidade era necessário para o progresso e o aumento da arrecadação, como dizia o texto:

Nestes últimos annos a população deste districto se tem desenvolvido a olhos vistos. As industrias se tem multiplicado e assim os estabelecimentos fabris trouxeram numerosos habitantes novos.

Os edificios disseminaram-se por toda a parte. A par deste progresso também tem progredido o numero de victimas de molestias infecciosas principalmente typho.

Dada a topografia do logar e outras circumstancias, as habitações não tem os confortos necessários com água potável canalizada e os serviços de exgottos.

Se estes serviços fossem realizados, o progresso de São Caetano seria assombroso, pois a sua proximidade da capital faria com que muitas industrias viessem instalar-se neste município e com ellas viria o seu pessoal; novos edificios se construiriam; novas casas de comercio se abririam e novos e vultuosos contribuintes de impostos municipaes seriam collectados.

É de notar que o desenvolvimento local, sem auspicioso tem sido em parte, tolhido pelo receio das molestias que grassam neste districto obrigando numerosos operarios e empregados a residir na capital. (Abaixo-assinado endereçado ao presidente, prefeito e demais membros da Câmara Municipal de São Bernardo. Biblioteca do Museu de Santo André) (p. 72-73).

Em 1915, aconteceram as primeiras manifestações pela limpeza urbana, que prosseguiram nos anos seguintes. No ano de 1918, a localidade era servida por uma linha telefônica. Os trens circulavam em maior número, a zona urbana atingiu os antigos lotes rurais na divisa com outras cidades, novos estabelecimentos comerciais surgiram e o número de escolas foi ampliado (p. 74).

Na metodologia de ensino, o relatório do diretor geral do ensino entre 1910 e 1911, Oscar Thompson, para o biênio 1909-1910, encontraram-se os seguintes comentários:

Ler, escrever e contar, somente não traduz o espirito da escola moderna. Sem duvida a leitura, a escripta e as contas são disciplinas instrumentaes, servem para se adquirirem outros conhecimentos, mas o que a escola se propõe a crear, a desenvolver principalmente é o espirito de iniciativa, de perseverança, de energia, de bondade e de dignidade. É formar homens fortes, bons e dignos, cheios de confiança em si mesmos e conscientes de sua responsabilidade. Em summa, a boa escola é aquela que se torna para a sociedade um viveiro de homens de bom caráter. (...)

Julgamos, por isso, que a feição das escolas publicas paulistas, sem quebra de seu espirito moderno, deve ser essencialmente agricola. (...) É preciso, porem, que, ao lado do ensino instrutivo da botanica, da zoologia e das noções de sciencias physicas e naturaes, seja feita diariamente nas escolas a descripção da vida do campo que pelo lado hygienico, quer pela face econômica e pela belleza natural como um meio de propaganda suggestiva a favor dos trabalhos agricolas, tornando-os assim mais attrahentes aos olhos da infancia. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1909-1910, p. 74-75).

A metodologia proposta para os professores das escolas isoladas diurnas, independentemente das condições de sua escola, era:

- a) todos os dias, antes da entrada dos alumnos, o professor escreverá no quadro-negro os exercicios destinados às diferentes classes, de modo que, quando esteja a trabalhar com uma, todas as outras executem simultaneamente as suas tarefas.



- b) Durante os intervalos de “descanso”, será permitida aos alunos plena liberdade de comunicação.
- c) Nos exercícios collectivos de linguagem escripta (às 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, e 6<sup>a</sup>), o professor deve associar-se directamente ao trabalho das classes, percorrendo as filas dos alunos para ajuda-los, encaminha-los e corrigir os senões que for encontrado.
- d) O professor trabalhara, quanto possível, de pé: será este pequeno sacrifício largamente compensado. Tornar-se-a mais effectiva a fiscalização que lhe cabe exercer sobre o trabalho da classe e sua comunicação com os alunos será mais directa e pessoal.
- e) Os alunos devem ser distribuídos pelas carteiras por ordem de altura, mas por ordem de classe, de modo que as primeiras fileiras sejam ocupadas pelos mais atrasados
- f) Nas escolas do sexo feminino, os trabalhos de agulha e crochet serão executados às 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, e sabb., de 2.55 às 3.15.
- g) As aulas sobre animaes, plantas e lições geraes serão colectivas.
- h) Aos sabbados, no tempo consagrado á gymnastica, as classes farão evoluções militares no pateo de recreio. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1909-1910, p. 76).

No ano de 1911, um novo horário-modelo para as escolas isoladas foi publicado, acompanhado do programa com todas as disciplinas discriminadas por anos, os conteúdos especificados e, ainda, com notas e observações no final do texto, indicando quais as metodologias mais adequadas para a execução de cada atividade proposta.

No relatório de três inspetores do ano de 1915, nota-se a preocupação com a forma de ensinar utilizando-se do método intuitivo. O inspetor Benedito Maria Tolosa explica como o professor devia partir do vocabulário das crianças para ensiná-las a ler e escrever, utilizando de objetos das casas dos alunos; quando os materiais fossem escassos:

Deverá ser objecto estudado nas suas formas exteriores; nas acções de que forem susceptíveis, nas suas características principaes, usos e utilidades immediatas. Nesse primeiro, será já o numero de nomes, coisas, qualidades, acções, que enriquecerão o vocabulário com que entraram os alunos para a escola. Cada facto observado, cada estudo effectuado, cada observação feita corresponderá a um estudo mental da criança, e que ella procurará traduzir com os recursos do seu cabedal de linguagem. (...) Auxiliados taes exercicios com a reprodução do trecho lido, em prosa e verso, no livro de leitura, com a narração de contos quaesquer, com as observações praticadas nas aulas de geographia, historia, estudo da natureza, numeros, formas geometricas, trabalhos manuaes, gymnastica, em tudo, emfim, é fácil interferir-se quão grande será com este processo, o aproveitamento dos alunos na aquisição da língua materna. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p. 77).

Sobre o ensino da história, o inspetor Mauricio de Camargo tece críticas ao tempo gasto com os ensinamentos. Os culpados, neste caso, segundo o inspetor, são, além dos professores, autores dos livros adotados nas escolas públicas:

Quase todos os compendios, por onde seguiam os professores, dão um desenvolvimento exaggerado á historia do período colonial, consagrando meia duzia ape-

nas de capítulos ao estudo do período autonomo. (...) É indispensável, pois, escreverem-se compendios de historia sob nova orientação, que será a de tratar-se daquelles factos que mais emocionem o espirito da infância, servindo-lhes, ao mesmo tempo de exemplos civicos. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p. 77-78).

O inspetor Leopoldo Sant'Anna escreve sobre o ensino da leitura, avisando do perigo das leituras decoradas pelos alunos. Nem sempre a boa leitura é acompanhada da apreensão dos conteúdos das palavras que o texto traz:

O professor manda lêr, a um alumno, cinco ou seis linhas da lição, e em seguida, contar o que leu, depois manda outro, e outro, nas mesmas condições, até que se esgote o tempo consignado no horário. Acontece, porem, que os alumnos, porque ignorem a significação de innumeras palavras contidas nos trechos lidos, não conseguem reproduzi-los, ou, si afazem, é repetindo *ipsis versis* o que leram (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p. 78).

Segundo o inspetor, os professores deveriam agir de forma mais complacente com o aprendizado dos alunos, ouvindo o aluno falar, para provocar o seu raciocínio. O ensino deve adaptar-se aos alunos e aos novos métodos:

Os exames e as sabbatinas devem deixar de constituir doenças, para se transformar em exercicios suaves, por métodos quaes verifique o professor os defeitos do seu ensino, as falhas das suas lições, e como proceder para que toda a classe, sem excepção de ninguém, aproveite do seu saber e da sua experiência (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p. 78).

Nas escolas isoladas, o horário era repleto de tarefas, com dias da semana preestabelecidos para determinados tipos de atividades, além de rigidez nos horários. De acordo com as recomendações que acompanham o horário quando não fosse possível, pelas condições do prédio ou pela carência de material didático, alguns itens poderiam ser adaptados. A denominação "escola isolada" foi, no ano de 1917, alterado para "distrital". A nova divisão separava as escolas urbanas, localizadas na sede das cidades, escolas distritais, nos bairros e escolas rurais.

No ano de 1917, o diretor geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, enfatiza as mudanças necessárias no ensino. Estabelece as funções dos inspetores escolares e como deveriam ser tratados os professores que não cumprissem as regras. Os inspetores, além de verificar os horários de funcionamento das escolas, o número de alunos, a frequência dos professores e os livros de anotações deveriam examinar, "nas escolas isoladas, os cadernos de exercicios graphicos e determinar que fiquem elles sob a guarda dos professores e não em poder dos alumnos em suas casas".

As atividades e o comportamento dos alunos também foram normatizados:

Cada alumno terá apenas tres cadernos: um para calligraphia; outro para linguagem, outro para desenho e cartographia. Exercicios de copia, dictados, reproduções, composições, etc. serão sempre dactados e feitos em um mesmo e único caderno, afim de que, á simples apreciação deste, conhecido se tornem a orientação do professor no ensino de linguagem e a observância do horário. (...) Recomendar que, á chegada de visitas, fiquem de pé os alumnos, sentando-se logo após, e continuando o professor a aula que estava dando, fazer sentir aos professores que os alumnos podem frequentar as aulas descalços, não derivando dahi inconveniente algum. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1917, p. 80).



Em dezembro de 1911, foram criadas mais duas escolas, uma feminina e uma masculina. As novas escolas foram denominadas de "segundas" e as existentes passam a ser chamadas "primeiras". Novas escolas eram criadas todas as vezes que o número de alunos matriculados numa escola fosse superior a 40.

Em dezembro de 1914, foi criada a primeira escola noturna. Em 1909, determinou-se a criação de escolas preliminares noturnas para crianças operárias. Escolas noturnas somente seriam criadas quando existisse 30 alunos interessados na sua instalação. Esta escola poderia ser frequentada por homens maiores de 14 anos e funcionaria por duas horas e meia, das 18h às 21h, todas as noites. A frequência média não poderia ser inferior a 25 alunos com um total de 50 alunos matriculados por sala. Somente professores do sexo masculino poderiam lecionar nestas escolas. O programa das escolas noturnas abrangia leitura, escrita, leitura, aritmética e lições gerais composta por noções de geometria, desenho, higiene, educação moral e cívica e aplicações das ciências físicas e naturais. Estes conteúdos seriam trabalhados todos os dias e eram voltados para a realidade dos alunos:

Lições de coisas tratando-se das qualidades, emprego, uso e propriedades de corpos e objetos de uso nas artes e indústrias e lições que contribuíram para a educação da vontade, onde sejam narrados os triunfos da perseverança e exaltados as alegrias da vida ativa, fecunda e tranqüila do trabalhador honesto. (Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo, 1910, p. 87).

A Segunda escola noturna foi criada em dezembro de 1916. Vigorava a mesma lei que instituiu e também criou a 4ª escola masculina.

O capítulo 4, refere-se a Escola Moderna: 1918 e 1919. No mês de dezembro de 1918, o inspetor escolar municipal enviou o requerimento do professor José Alves ao secretário do interior. Solicitava autorização para o professor requerente reger as aulas da Escola Moderna na Estação de São Caetano, de acordo com as disciplinas do curso primário. As escolas particulares de ensino primário deviam solicitar licença para a instalação e funcionamento de tais cursos, instruindo suas petições com títulos comprobatórios de capacidade moral e técnica dos respectivos diretores e professores e com relatório do inspetor médico sobre as condições higiênicas e pedagógicas do prédio escolar.

A escola Moderna havia sido idealizada pelo espanhol Francisco Ferrer y Guardia (1959-1909), que, no ano de 1901, começou a publicar uma revista de educação na cidade de Barcelona, na Espanha, com o nome de Escola Moderna. Esta publicação deu início a outras e contribuiu para efetivar a construção de tais escolas. Na reunião da Liga Internacional pela educação racional, criada por Ferrer, estabeleceram-se as diretrizes para as escolas:

- 1ª. A educação infantil deve sustentar-se em uma base científica e racional, em consequência, deve despojar-se de toda noção mística e sobre natural.
- 2ª. A instrução não é só uma parte desta educação, ela também compreenderá o lado da formação da inteligência, o desenvolvimento do caráter, a cultura da vontade, a preparação de um ser normal e físico bem equilibrado com faculdades que sejam harmoniosamente associadas e conduzidas a sua maior potencialidade.
- 3ª. A educação moral, mais prática que teórica, deve ser resultante de exemplos e estar apoiada na grande lei natural da solidariedade.

4ª. É necessário, sobretudo na educação da primeira infância, que os programas e os métodos sejam adaptados na medida do possível a psicologia da criança, o que atualmente não se faz nem na educação pública nem na educação privada (Assad, 1985, p. 89).

Grupos defensores do ensino leigo de tendências ideológicas variadas e os anarquistas apoiavam as bases desta escola. Os anarquistas idealizavam a escola laica há tempos, defendiam a autonomia individual, a abolição do Estado, da Igreja e dos partidos políticos. A escola de Ferrer pretendia conscientizar a criança sobre as injustiças sociais, partindo de exemplos do cotidiano e formando um cidadão livre.

As escolas seguiam o modelo criado por Ferrer. A metodologia utilizada nas salas de aula seguia os preceitos da solidariedade, uns deviam ajudar os outros, a autoridade do professor era mínima, as provas foram abolidas para evitar a competição. A participação dos alunos era intensa em todo tipo de atividade. A autora informa, com base Jomini (1990, p. 91), que

a liberdade para os anarquistas tinha o bem-estar como referencia. O homem era livre, na medida em que procurava se solidarizar e conciliar seus interesses com os dos outros. (...) A ação solidaria pode ainda ser notada na colaboração efetiva existente entre professores. Tal colaboração visava, sobretudo, manter a marcha do trabalho educativo e coaduná-la à necessidade de propaganda. (...) Esse clima de solidariedade existente entre professores buscava irradiar-se no meio escolar através de atividades realizadas em conjuntos pelas escolas. Festas e passeios comunitários serviram como tema de redações, posteriormente publicadas no jornal dos alunos. (...) os professores, em vez de apresentarem o conhecimento pronto e solidificado a seus alunos, deveriam introduzi-los a descobrirem por si mesmos, as leis que regem os fenômenos da natureza e a perceberem, criticamente, os problemas sociais.

A cada ano o governo criava, pela lei, novas escolas públicas, que demoravam para ser providas com materiais e, em alguns casos, com professores. A solução encontrada pelo sindicato foi a de criar sua própria instituição escolar, para difundir a sua própria ideologia e alfabetizar os trabalhadores, adultos e crianças.

As aulas em São Caetano começaram no início do ano de 1919 e as primeiras impressões sobre a escola foram publicadas no Boletim da Escola Moderna pelo professor João Penteado:

Instalação da mesma foi feita, provisoriamente, em prédio tanto acanhado e impróprio, mas esse mal, segundo sabemos vae ser remediado em breve, com a sua mudança para um prédio melhor, (...) o numero de alumnos nella matriculados é bastante regular. E uma coisa digna de nota é o interesse com que a diretoria da respectiva associação procura garantir a manutenção da referida escola, que promete progredir. (Boletim da Escola Moderna, p. 92)

Apesar das esperanças de João Penteado, a escola de São Caetano funcionou apenas sete meses. No mês de outubro, a escola teve suas aulas suspensas, após o falecimento de seu diretor, e foi legalmente fechada em dezembro do mesmo ano. O fechamento desta escola e das outras ocorreu porque o diretor da escola de São Caetano, José Alves, juntamente com Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva e José Prol, morreram em uma explosão no bairro do Brás. Prol era proprietário da casa que



explodiu. Ele guardava materiais bélicos em um dos quartos e abrigava os amigos quando necessário.

As escolas anarquistas foram fechadas pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, no ano de 1919:

Autorizou, finalmente esta Directoria a de terminar o fechamento de qualquer escola particular desde que verifique ser esta prejudicial á moralidade publica, á saúde dos alumnos, ou attentatoria da ordem, das leis e da organização social do Paiz. Graças a essas medidas, poudo o governo impedir que funccionassem nesta capital e no interior, várias escolas particulares dirigidas por anarchistas fabricantes de explosivos, e que foram suspensas em virtude de requisição do Dr. Secretário da justiça e segurança publica. (Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1991, p. 93)

O fechamento foi arbitrário, as escolas eram constituídas legalmente e seguiam todas as normas impostas pela Directoria da Instrução Pública.

No capítulo 5, destaca-se o grupo escolar. O surgimento dos grupos escolares ocorreu para organizar e restaurar a instrução pública, instituindo novas formas de controle. O grupo tinha um diretor durante todo o tempo de funcionamento, um horário de aulas que todas as salas deveriam seguir, salas adequadas e intervalos, reunindo todos os requisitos em um mesmo espaço físico. Legalmente para formar um grupo escolar era necessária a reunião de dez escolas isoladas; cada escola era uma sala.

O grupo era a demonstração da modernidade e do progresso na instituição. As matérias no grupo escolar eram melhor trabalhadas em função do tempo ordenado das aulas e por não ser mais necessária a união de alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes – As classes eram divididas em séries. O horário de funcionamento do grupo também era diferente das antigas escolas isoladas, pois os alunos permaneciam na escola apenas por um período do dia.

Em São Caetano em 1919, funcionaram três escolas femininas, duas mistas e quatro masculinas; totalizavam 11 escolas, o que possibilitava a criação do grupo.

A população mobilizou-se para a construção de um prédio para reunir as escolas. Convocou-se uma reunião na sede da Societá di Mutuo Soccorso “Príncipe di Napoli”, quando resolveram fazer mobilização pela construção do prédio. A comunidade de São Caetano contribuiu de todas as formas possíveis. As empresas doaram as telhas e o terreno para construção do prédio, que era utilizado até aquele momento como campo de futebol.

No mês de dezembro de 1919, foi criada a Comissão Executiva das Obras do Edifício Escolas Reunidas de São Caetano, que contou com ajuda financeira do governo do Estado, da Câmara Municipal de São Bernardo, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo e Armando Leal Pamplona, e Mariano Paim Pamplona, proprietários da Companhia Melhoramentos de São Caetano, que doaram o terreno, localizado, na rua Heloiza Pamplona, para a construção do edifício:

Contribuindo sem duvida eficazmente para o grande aproveitamento da infância educanda; que, finalmente contava para a realização do objetivo desta reunião que

constitue um facto virgem na história da instrução publica no nosso Estado, corroborando o povo e os poderes publicos, unidos, para que se converta em realidade como valioso concurso dos habitantes. (Livro de Atas da Comissão Executiva, construção de edifícios, escolas reunidas de São Caetano. 4 dez. 1919)

O decreto de criação do grupo escolar data de 30 de abril de 1920. Nas férias do mês de julho, quatro escolas transferiram-se para a casa da família De Nardi, que já abrigava duas. A casa tornou-se o grupo escolar provisório, ou melhor, formavam-se neste momento as escolas reunidas que lá permaneceram por quase dois anos, o tempo que durou a construção do novo prédio. As escolas reunidas eram formadas por várias escolas isoladas e funcionavam em um mesmo prédio, mas continuavam vinculadas entre si. As salas de aula continuavam a ser multi-seriadas e, normalmente, com o passar dos tempos, as escolas reunidas tornavam-se grupos escolares.

Em 21 de outubro de 1921, a Comissão Executiva das Obras de Construção do Edifício Escolas Reunidas de São Caetano ficou encarregada de comunicar ao Governo do Estado sobre o término das obras, devendo angariar fundos com a população para liquidar as dívidas restantes. O decreto do mês de abril de 1920 foi efetivado somente quando as escolas masculinas, femininas, mistas e noturnas foram reunidas e transferidas para o grupo. O prédio do grupo seguia as especificações legais, estabelecidas pelo código sanitário do ano de 1894, quando os primeiros foram criados.

O prédio foi construído para abrigar 12 classes, mas formou apenas dez pelo número de alunos existentes. Todos os professores das escolas isoladas de São Caetano foram para o novo e primeiro prédio, construído para este fim, desde a criação das escolas há quase 40 anos. Os grupos escolares deveriam manter quatro anos de estudos em funcionamento, dois de curso primário e dois de curso médio. No de São Caetano, apenas três anos funcionaram, porque não existiam alunos suficientes para abrir uma sala de quarto ano ou de segundo ano do curso médio. Durante alguns anos, depois da criação e instalação do grupo, este hábito persistiu. Nos Anuários do Ensino dos anos de 1920/21 e 1922 as informações sobre o grupo escolar confirmam as dificuldades em manter os alunos na escola até a Segunda série do curso médio.

O horário de trabalho nos grupos escolares foi sugerido pelo governo, com os minutos estipulados para cada atividade e o número de dias da semana que deveriam ser utilizados para o ensino de cada conteúdo. Percebe-se uma certa flexibilidade em comparação aos horários de dez anos atrás: não são mais estabelecidos os dias fixos da semana para cada tipo de conteúdo e o tempo de permanência dos alunos dentro da escola diminuiu.

Em documento do ano de 1927, encontramos ainda as mesmas dificuldades com a sala de segunda série. Neste ano, após o falecimento de um político da região, o grupo escolar passou a chamar-se, em sua homenagem, Senador Fláquer. No início, quando os grupos escolares eram criados, eles recebiam números como sua denominação; com o passar do tempo os números foram substituídos por nomes. A legislação previa esta mudança quando a pessoa homenageada houvesse contribuindo com a construção do prédio, sendo um integrante da comunidade ou alguém considerado importante na história do país.